

A PRESENÇA DE MULHERES MILITARES NA MINUSTAH: CONTEXTO, EXPECTATIVAS E REPERCUSSÕES

Major Ivana Mara Ferreira Costa

A Major de Magistério-Inglês Ivana Mara é adjunto da Seção de Missões Individuais, da Divisão de Missões de Paz do COTER. Pertence à turma de formação de oficiais de 1996 da Escola de Administração do Exército. Possui graduação em letras pela Universidade Estadual do Piauí. Possui também especialização em Língua Inglesa pela UNIFACS e mestrado em Linguística Aplicada pela UNB. Frequentou diversos estágios relativos a missões de paz no CCOPAB. No exterior realizou o curso de *UN Expert on Missions* pelo Centro de Operações de Paz da Índia e o curso de *International Leaders in Education* pela Universidade de *Clemson* nos EUA. No Haiti, participou da MINUSTAH como intérprete, tradutora e chefe da célula de G9 da BRAENGCOY (ivana.mara.1996@gmail.com).



“A medida que crescem, as meninas devem ter a possibilidade de ascender a uma ampla variedade de carreiras e se deve encorajá-las a realizar escolhas que as levem além das opções tradicionais” (Phumsile Milambo-Ngcuka - política e ativista sul-africana subsecretária-geral das Nações Unidas)

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, na sigla em francês) foi selada pela Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) nº 1.542, de 30 de abril de 2004, iniciando o mandato em 15 de junho daquele mesmo ano e tendo em seu arcabouço as premissas de restabelecer a paz, transformar o país em um ambiente seguro e estável, assegurar os direitos humanos e organizar o processo político daquele país. Foram ao todo 10 resoluções, sendo o Brasil o principal país contribuinte com tropa e com o maior contingente no país (por semestre, homens e mulheres foram enviados ao Haiti, totalizando 26 contingentes). O primeiro grupo de militares, que fizeram parte do Contingente Brasileiro (CONTBRAS) chegou a Porto Príncipe no dia 25 de maio de 2004, sendo o comando das forças

de paz assumido pelo general de divisão brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira.

O 1º Contingente, liderado pelo general Salvador, teve sua origem no 19º Batalhão de Infantaria Motorizada. Contou com um efetivo de 1.202 homens e era composto por dois Batalhões sendo um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (Gpt Op F Nav, uma Companhia de Comando (Cia Cmdo), Estado-Maior (EM) e o Comando da Brigada (Cmdo Bda). Ao longo dos 13 anos de missão, foram mais de 37 mil soldados da paz, dentre os quais cerca de 200 mulheres militares das Forças Armadas.

Participaram da Missão militares mulheres oficiais e praças dos mais diversos postos e graduação, desempenhando funções como: médicas, dentistas, assessoras jurídicas, intérpretes, tradutoras, enfermeiras, engenheiras elétricas, comunicadoras sociais, fisioterapeutas, nutricionistas, administradoras e adjuntas de ações CIMIC que, para além de suas funções profissionais, trouxeram ao terreno a possibilidade de uma aproximação mais afetiva, sensível e humanizada para com a população local, em especial com os nichos sociais mais frágeis de um país em conflito (crianças, mulheres e idosos). Essas mulheres ombrearam com militares do segmento masculino, e foram, como bem enfatizou um militar do último contingente, “presença imprescindível para o sucesso do CONTBRAS em 13 anos da missão”. Nos contingentes iniciais, não foi possível a presença de mulheres militares devido ao perfil da missão, que demandava uma formação mais ligada à área de operações, segurança e inteligência.

O sucesso da Missão pode ser percebido facilmente pelo fato de que a MINUSTAH, ao sair do Haiti, deixou um legado muito próximo do objetivo proposto. O país realizou a eleição para presidente, o congresso conseguiu se formar, o poder judiciário se estabeleceu, a ordem pública começou a se organizar e as cidades floresceram adequadamente. Desse modo, a Missão foi considerada bem-sucedida, visto que os objetivos

a ela demandados foram cumpridos e, por conseguinte, o componente militar pôde deixar o cenário haitiano.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO DO HAITI

Segundo Andrade (2016, p. 20), o Haiti conquistou sua independência política em 1804, tornando-se a primeira nação advinda de uma revolução organizada por escravos negros. O autor segue afirmando, ao citar James (2012), que a continuidade dos conflitos, e a falta de apoio econômico das nações europeias e dos Estados Unidos da América (EUA), no período da pós-independência haitiana, fizeram com que o país tivesse uma conturbada transição da lavoura canvieira, sustentada no escravagismo, para a lavoura de subsistência (JAMES, 2012, p. 346). Esse conturbado processo de transição produziu um efeito catastrófico no médio prazo, fazendo com que ao final do século XIX o Haiti permanecesse fortemente influenciado pelos EUA, junto aos países do Caribe (JAMES, 2010, pp. 362-363).

Andrade (2016, p.21) afirma que para o entendimento do contexto de crise e conflitos do Haiti, faz-se necessária a realização de uma análise histórica das sucessões políticas ocorridas no país iniciadas basicamente na metade do século XX. De maneira sumária, a partir das informações oferecidas em Andrade (2016) é possível afirmar que a situação social e econômica da população, bem como a condição de fragilidade das instituições políticas do Estado, foram resultados diretos de uma sequência de governos focados tão somente em interesses pessoais ou de pequenos grupos, o que, para o autor, citando Williams (1984), denomina-se “*mulatto elite*”. Desse modo, criou-se um espaço fragmentado e de extrema desigualdade, um campo fértil para as crises profundas que a nação haitiana passou a enfrentar no início do século XXI.

O autor reforça esse quadro ao afirmar veementemente que “as crises, aliadas aos vínculos antigos e perniciosos entre uma pequena elite nacional e grupos internacionais interessados no uso do território haitiano (as ditaduras do século XX), deixaram marcas indelévels na história recente do país.”

Segundo Andrade (2016), em 1957, François Duvalier, conhecido como Papa Doc, foi eleito presidente do Haiti. Ele impôs de imediato um regime totalitário e teve duas forças importantes como suporte: o seu próprio grupo político, as forças dos Tontons Macoutes (bichos-papões), e uma forte repressão a qualquer idéia que contrariasse os seus desmandos. O autor ressalta que a influência exercida pelo regime

totalitário imposto no país foi o principal causador da crise vivida, que continuou mesmo após a morte de Papa Doc, em 1971, e a assunção do poder por seu filho, Jean-Claude, o Baby Doc, que permaneceu no poder até 1986, sendo exilado mais tarde, totalizando 29 anos de controle político. Para o autor, esses 29 anos de regime ditatorial imposto refletiram a total “espoliação das mais básicas condições sociais e uso extremo dos recursos internos visando o beneficiamento de pequenos grupos

e de companhias internacionais”. O autor afirma que a chegada ao poder do novo presidente, Jean-Bertrand Aristide, bem como a realização de eleições livres em 1990, não acalmaram a conflituosa política interna. Em 1991, com a deposição militar de Aristide, inaugurou-se uma nova crise política e econômica, segundo Andrade (2016, p.21), a crise foi agravada em grande escala pelas fortes sanções que o país sofria internacionalmente. Em 1994, com o apoio norte-americano, Aristide retoma o poder e consegue realizar em 1996 uma nova eleição. Mesmo assim, o ciclo de violência, corrupção e miséria não se rompe.

O contingente com o maior número de mulheres foi o 23º CONTBRAS, do qual participaram uma militar da MB e 25 do EB, em um número variado de profissionais tais como: psicólogas, médicas, enfermeiras, intérpretes, farmacêuticas, fisioterapeutas, dentistas e nutricionistas.

René Preval assume o poder e permanece até 2001, quando, após nova eleição, Aristide reassume a presidência, agora em um momento histórico completamente diferente daquele ao qual ele estava acostumado. O Haiti passava então por um forte conflito interno, com diversos grupos rivais dominando em diferentes parcelas do território nacional. O conflito era mais notável ainda na sua principal cidade, a capital Porto Príncipe. Dessa vez, Aristide não consegue finalizar o seu mandato.

Em dezembro de 2003, o Haiti sofre intervenção internacional. A crise política se agrava. Em fevereiro de 2004, inicia-se um conflito armado que leva a região norte a ficar sob controle dos insurgentes. Como resultado, o presidente Aristide renuncia ao cargo e se exila na África do Sul, levando o chefe da Suprema Corte a solicitar auxílio imediato à Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse momento, inicia-se a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti - MINUSTAH, na sigla em francês), com a entrada das tropas da ONU sendo comandadas por militares brasileiros, maior contingente presente na área da Missão.

Na descrição de Andrade (2016), o cenário que determinou a implementação da Missão foi composto por uma forte instabilidade política, sugerindo uma possível guerra civil num estado anárquico e brutal, com o território fragmentado por diferentes forças políticas que controlavam parte da população coercivamente. Andrade citando Eakin (2007, p. 367), afirma que os índices socioeconômicos revelavam a extrema pobreza que tomava o primeiro país independente da América Latina.

MINUSTAH: SUAS FASES E CONTEXTO HISTÓRICO

Segundo Viana Braga (2001), a *MINUSTAH* apresentou as seguintes fases analíticas:

- Planejamento: de fevereiro a maio de 2004 - fase composta por três níveis principais, a ONU/*DPKO* (*United Nations Department of Peacekeeping Operations*); o MD/EMD; e as Forças Singulares Brasileiras (Marinha, Exército e Força Aérea), apresentando os desafios descritos a seguir.
 - Prazo exíguo para organização e para desdobramento da tropa no terreno.
 - Consultas às peças fundamentais para o início efetivo da Missão: ONU, EUA e França.

- Planejamentos preliminares no âmbito das Forças, levando em consideração a Operação Albatroz / Marinha do Brasil (MB).

- Planejamento conjunto no EMD e Comando de Operações Terrestres/EB.

- Viagem de reconhecimento à área da Missão (Porto Príncipe), no período de 19 a 24 de março de 2004.

Foi utilizada como modelo a Força Armada Interamericana Brasileira, a FAIBRAS - Força de paz na República Dominicana, que durou 17 meses (1965 a 1966), composta por um batalhão de mais de três mil homens brasileiros que, juntamente com outros contingentes americanos, colaboram para atingir o objetivo de restituir a paz àquele país caribenho.

A Brigada Brasil (1 Batalhão do EB e 1 Grupamento Operativo dos Fuzileiros Navais - MB) assumiu as atividades e teve interações com a Força Multilateral Interina (*MIF*, sigla em inglês), que atuava no Haiti à época.

O planejamento proposto pelo *DPKO* teve como consequência o relatório do Secretário Geral de 16 de abril de 2004 e a Resolução nº 1.942 do Conselho de Segurança da ONU, com o triplice intuito: assegurar um ambiente seguro e estável, garantir os direitos humanos e organizar o processo político do país.

Ainda de acordo com Chagas (2017), os representantes do *DPKO* afirmaram que o tempo decorrido entre a aprovação do mandato e a chegada das primeiras tropas da ONU foi um dos mais curtos de toda a história da Organização.

- Desdobramento: de maio a dezembro de 2004 - Brasil e demais contingentes.

Viana Braga (2017, p.37) afirma que todo o pessoal e o material da tropa brasileira foram deslocados para o Haiti utilizando somente os meios de transportes orgânicos disponíveis em suas Forças Armadas (aeronaves e navios brasileiros) que assumiram a Missão a partir dos dados e datas a seguir relacionados.

- 30/04/2004 - publicação da Resolução nº 1.542 que instituiu a *MINUSTAH*.

- 01/06/2004 - início do mandato.

- 25/06/2004 - transferência de responsabilidade da *MIF* para o CONTBRAS.

As demais tropas demoraram a chegar à área da Missão. Ainda segundo Viana Braga (2017), a chegada total do componente militar se deu de forma gradativa, conforme tabela a seguir:

Data	01/06 2004	01/07 2004	01/08 2004	01/09 2004	01/10 2004	01/11 2004	01/12 2004	01/01 2005	01/02 2005
efetivo	524	1569	1941	2765	3090	4078	4790	6007	6265
%	8	23	29	41	46	61	71	90	93

• Pacificação por meio de confrontação/enfrentamento: de dezembro de 2004 a janeiro de 2007.

De acordo com Mendonça (2017, p. 59), nessa fase a Missão vivenciou conflitos intensos e constantes com gangues do Haiti. Chagas (2017, p. 37) explica que esse processo se iniciou de maneira bastante ofensiva, especialmente marcada pela tomada da casa do Presidente Aristide

Mendonça (2017) ressalta que o poder e a estrutura das gangues, suas motivações e relações com o poder político, principalmente em *Cité Soleil*, impactaram a estrutura socioeconômica do país e alteraram o dia a dia da população haitiana. Aos poucos a Missão foi ganhando espaço e credibilidade, conquistando áreas e regiões, considerando riscos e analisando cada situação caso a caso. Segundo Mendonça (2017), essa postura e profissionalismo na análise das ações asseguraram o sucesso do almejado objetivo de estabilização do país.

• Pacificação/estabilização: de fevereiro de 2007 a janeiro de 2010.

Fase composta por três subfases: inicialmente, a pacificação de *Bel Air* (com três CONTBRAS); depois, a pacificação de *Cité Militaire* (com cinco CONTBRAS); e, mais à frente, a de *Cité Soleil* (do 6º ao 22º CONTBRAS).

• A reconstrução do ambiente de segurança: de 2010 a 2014.

Nas palavras de Mendonça (2017), nessa fase a Missão já havia atingido alguns dos objetivos estabelecidos. Eram visíveis as conquistas em *Cité Soleil* e já era possível observar avanços em todo o território haitiano, tais como:

- A pacificação de *Bel Air*, *Cité Militaire* e *Cité Soleil*.

- A prisão de líderes de gangues.

- O encaminhamento da situação dos ex-militares.

- A apreensão de um número considerável de armas, munições e drogas.

- a criação de um ambiente favorável e seguro para a atuação das agências humanitárias e organizações não governamentais;

- o retorno gradativo de serviços públicos essenciais;

- o retorno das atividades comerciais; e

- a aproximação crescente com a população.

A rotina dos haitianos estava começando a retornar à normalidade. No entanto, houve o terremoto e outras fases foram demandadas à Missão.

• O terremoto: a retomada da problematização.

No dia 12 de janeiro de 2010, às 19h53, um terremoto de magnitude 7,3 na escala *Richter* atingiu o Haiti. Esse terremoto, que teve seu epicentro localizado a 10 km abaixo do nível do mar e a uma distância de 25 km da capital Porto Príncipe, provocou resultados devastadores no país, deixando cerca de 200 mil mortos. A *MINUSTAH*, outras agências da ONU e as ONG tiveram perdas significativas (85 mortos e 15 desaparecidos). Entre os mortos estavam componentes essenciais da Missão. O Representante Especial do Secretário Geral, o seu vice-chefe, o Comandante da Polícia da ONU, representantes civis como a Dra Zilda Harns, além de 18 militares do CONTBRAS, perderam suas vidas nessa catástrofe. O terremoto abalou o Haiti nos aspectos econômicos, estruturais e pessoais. Nesse contexto, mais uma vez o CONTBRAS atuou com profissionalismo e generosidade, emplacando de vez a denominação referida ao nosso soldado (*Brazilian soft power*) e contribuindo de maneira irretocável para o atendimento das necessidades da população local, conforme relatado por Vieira Neto (2016), no que o autor denominou de “processo de contribuição emergencial e especial do CONTBRAS” caracterizado pelo:

- emprego de todos os meios de engenharia na procura de soterrados, remoção de escombros e limpeza de vias;
- sepultamento coletivo;
- fornecimento de água potável e ajuda humanitária coletada no Brasil;
- transporte das baixas militares a seus países de origem;
- emprego de oficiais na estrutura governamental;
- acolhimento de feridos na base do *BRABAT*;
- restabelecimento das comunicações com o exterior (via satelital); e
- papel importante da diplomacia brasileira no Haiti e no Brasil.

Como consequência imediata do terremoto, a ONU autorizou o aumento do efetivo do *CONTBRAS*, passando para 2.029 militares, depois da chegada do *BRABAT/12-2*.

• **Pós-terremoto:** de janeiro de 2010 a julho de 2011.

Com o advento do terremoto, os problemas básicos retornam, tendo como consequências imediatas: a escassez de comida; a falta de combustível; a interrupção do já fragilizado e ineficiente fornecimento de água e energia elétrica; o retorno às condições sanitárias críticas, a inexistência de suporte hospitalar; a inoperância do aeroporto e do porto da capital, Porto Príncipe; o êxodo da população da capital; e, por último, a criação do campo de deslocados Jean-Marie Vincent (IDP, sigla em inglês para Internally Displaced Persons), que chegou a ser considerado o maior do mundo, acolhendo cerca de um milhão de desabrigados.

• **Recuperação:** de julho de 2011 a julho de 2015.

Segundo Peixoto (2015), o objetivo mais importante desse período foi o apoio à recuperação imediata, à reconstrução e à estabilização do país. Nessa fase a *MINUSTAH* teve que lidar ainda com desafios imediatos como o aparecimento do cólera e a iminência das eleições.

• **Redução do efetivo e desmobilização:** de julho de 2015 a outubro de 2017.

Nessa fase foi realizado apoio direto ao governo haitiano no sentido de manter o ambiente seguro e estável, de modo a possibilitar a consolidação desse ambiente, apoiando as eleições legislativas postergadas por três anos, além da realização da eleição presidencial (terceira tentativa). Na ocasião se vivia no Haiti uma estabilidade relativa um ambiente seguro, a *MINUSTAH* havia iniciado a redução do seu efetivo (processo iniciado em julho de 2013 com a saída do *BRABAT/17-2*, Companhia de Engenharia do Japão, *NEPBAT*, *BOLCOY*, entre outros), as eleições estavam encaminhadas e consolidadas, o plano de desmobilização ca-

minhava para sua finalização, culminando com a saída efetiva do componente militar realizada em outubro de 2017.

A *MINUSTAH* verificou que, entre os muitos problemas enfrentados no Haiti, os abusos e exploração sexual e a violência doméstica e sexual eram recorrentes e em muitos aspectos até culturais, sendo necessária a criação de mecanismos de controle com o intuito de amenizar e sanar esses estigmas.

O *CONTBRAS* E AS MULHERES MILITARES NO CONTEXTO DA MISSÃO

O Brasil enviou 26 Contingentes compostos por militares das três forças singulares, totalizando cerca de 37 mil militares, dentre os quais 203 mulheres de postos hierárquicos variados e das mais diversas áreas de atuação profissional. A primeira participação de mulheres no *CONTBRAS* aconteceu no 6º Contingente, no ano de 2006 com a

participação de quatro oficiais mulheres (uma capitã da MB e três tenentes do EB). O contingente com o maior número de mulheres foi o 23º CONTBRAS, do qual participaram uma militar da MB e 25 do EB, em um número variado de profissionais tais como: psicólogas, médicas, enfermeiras, intérpretes, farmacêuticas, fisioterapeutas, dentistas e nutricionistas. Essa atuação, nas palavras do Force Commander, foi imprescindível para a melhoria das relações com a população local. A partir de então, todos os demais contingentes contaram com a participação de mulheres.

A AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA DA ONU

As resoluções da ONU acerca do processo de inclusão de mulheres nas Operações de Paz e a agenda de mulheres, paz e segurança (MPS) da ONU (*women, peace and security - WPS*, na sigla em inglês), têm como marco histórico a aprovação da RCSNU nº 1325, ocorrida no ano de 2000. Essa resolução foi aprovada por unanimidade e, a partir daquele momento, tornou-se

o primeiro documento oficial produzido com o objetivo de promover a participação de mulheres (civis, militares e policiais) nas operações de paz e de segurança internacional, o que trouxe à tona a discussão sobre o imenso e triste impacto que os conflitos armados causam em mulheres e meninas e fez ser reconhecido o agravamento da disparidade entre homens e mulheres. A comunidade internacional percebeu após anos de avaliação de cenários/áreas de conflitos, que a participação das mulheres, sejam elas civis, militares ou policiais, é fundamental para se alcançar e manter a paz.

Segundo a ONU, as mulheres são comprovadamente agentes de mudança e são capazes de fazer muito mais se tiverem oportunidades para se manifestar. Desse modo, o Conselho de Segurança da ONU, por meio da Resolução nº 1.325, ressaltou a necessidade imperativa da participação de mulheres na construção da paz, na proteção dos direitos humanos, e na promoção do acesso à justiça e aos serviços de enfrentamento de discriminação.



Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a adoção da Resolução nº 1325 resultou da convergência de três fatores:

- o fortalecimento do reconhecimento e defesa dos direitos das mulheres no âmbito das Nações Unidas;

- o reconhecimento dos impactos nocivos dos conflitos armados sobre a população civil, em especial sobre mulheres e meninas; e

- o trabalho das organizações da sociedade civil, em particular o das organizações de mulheres e de direitos humanos, influenciou sobremaneira a decisão de adoção dessa Resolução, além de essas organizações terem contribuído para redação do seu texto.

O referido marco normativo enfatiza em sua introdução a real necessidade de atenção e acompanhamento aproximado do emprego de mulheres em situações de conflitos ao reafirmar o papel importante que esse segmento desempenha na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz. Define, ainda, as responsabilidades que os Estados-Membros e o Conselho de Segurança da ONU possuem de implementar medidas

institucionais que garantam proteção e assegurem a participação desse segmento no processo. A ONU mais uma vez reconhece que esse segmento pode contribuir significativamente para a manutenção e promoção da paz e da segurança.

Santos, Roque e Moura (2012, p. 165) afirmam que a Resolução nº 1.325 estabelece um conjunto de ações que precisam ser tomadas pelos Estados-membros da ONU com objetivo de suprir as necessidades e definir o papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz. A primeira recomendação refere-se à representação das mulheres nas instituições – o que destaca a importância desse tema no âmbito dessa resolução – e determina a necessidade de os estados-membros assegurarem a participação de uma representação cada vez maior de mulheres nas instituições em todos as instâncias (regional, nacional e internacional), em todos os níveis de tomada de decisão, bem como nos mecanismos destinados à prevenção, gestão e resolução de conflitos.



Os artigos 2, 3 e 4 enfatizam o papel e a importância da contribuição das mulheres nos vários níveis de tomada de decisão existentes nos processos de paz, na resolução de conflitos e na própria ONU, sendo complementados com referências à importância da “interseccionalidade de gênero” prevista nos artigos 5 e 6, que tem como propósito principal promover o aumento da representação, além de estender a participação das mulheres a todos os níveis e esferas dos processos de prevenção, gestão e construção da paz.

De acordo com Hamman apud GIANNINI (2017) no âmbito da agenda MPS da ONU, encontram-se consagrados alguns pilares tradicionais, tais como: a participação de mulheres em todos os níveis do processo de resolução de conflito e nas soluções pós-conflito; a proteção de meninas e mulheres contra ameaças e violência baseadas em gênero; a prevenção da violência contra as mulheres por meio da promoção dos direitos das mulheres e de outros mecanismos; e a assistência humanitária pós-conflito, objetivando beneficiar mulheres e meninas vítimas de violência.

Segundo a autora, a perspectiva de gênero vem sendo incorporada, por exemplo, em ações de prevenção e desarmamento, proteção em situações de deslocamento forçado, manutenção da paz, formulação de políticas e reconstrução.

Após a aprovação da Resolução nº 1.325, e devido à necessidade de se reforçar a importância da Agenda MPS, outras sete resoluções foram aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU. As resoluções com essa bandeira se sucederam e se complementaram de forma a reforçar a necessidade da existência da igualdade de gêneros e da proteção dos direitos das mulheres e meninas, como segue:

- RCSNU nº 1.325 (2000): primeira resolução do CSNU a vincular a experiência das mulheres durante conflitos com a manutenção da paz e segurança internacional. Essa resolução reivindica a inclusão de uma perspectiva de gênero nas missões de paz e a participação das mulheres em todos os processos de consolidação da paz, além de propor aos Estados-Membros os objetivos principais de: capacitar seus nacionais sobre violência de

gênero nos conflitos e abordar temas de gênero nos programas de desarmamento, desmobilização e reintegração.

- RCSNU nº 1.889 (2009): aborda a exclusão das mulheres nos processos de reconstrução e consolidação da paz, e a falta de planejamento, estratégias e financiamento adequados para tratar de suas necessidades. Visa principalmente promover a participação das mulheres em todas as etapas do processo de consolidação da paz, monitorar os recursos destinados à segurança física e econômica das mulheres, sua saúde, educação, acesso à justiça e participação na vida política.

- RCSNU nº 2.122 (2013): complementa as lacunas existentes no processo de implementação da Resolução nº 1325 e solicita o empoderamento das mulheres, sua participação ativa em atividades de manutenção e consolidação da paz e o respeito aos direitos humanos. Reafirma que a paz duradoura demanda uma abordagem integrada, e traz em seu escopo, como ações principais a designação de fundos necessários para apoiar a implementação da Resolução nº 1325; o aumento da participação de militares e policiais mulheres em missões de paz; a implementação do treinamento sobre prevenção da violência sexual e de gênero; o cumprimento das obrigações internacionais com vistas ao fim da impunidade.

- RCSNU nº 1820 (2008): primeira resolução a reconhecer a violência sexual como tática de guerra em assuntos de paz e segurança internacional, exigindo resposta nas ações voltadas à manutenção da paz, à justiça, aos serviços essenciais e às negociações de paz, visando sensibilizar e adotar medidas para prevenir a violência sexual, garantir o treinamento sobre prevenção de violência sexual para as tropas, aplicar a política de tolerância zero no trato da violência sexual e de gênero, além de desenvolver medidas para melhorar a proteção e a assistência às vítimas.

- RCSNU nº 1888 (2009): reforça as ferramentas para a aplicação da Resolução nº 1.820 por meio da nomeação de liderança de alto nível, construção de capacidades

judiciais sobre o tema, fortalecimento da provisão de serviços e criação de mecanismos de informação, estabelecendo como objetivos: melhorar os marcos legais e os sistemas judiciais existentes com o intuito de acabar com a impunidade; melhorar os serviços de apoio às vítimas de violência sexual; evitar a estigmatização das vítimas de violência sexual; e apoiar as estratégias para eliminar esse tipo de violência.

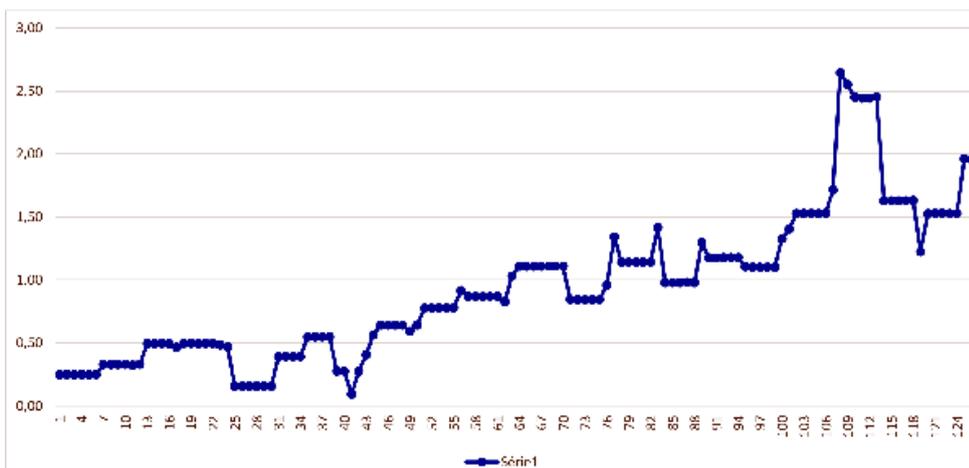
- RCSNU nº 1.960 (2010): previu um sistema de prestação de contas para abordar a violência sexual relacionada a conflitos, incluindo, entre outros elementos, a lista de agressores e o estabelecimento de mecanismos de monitoramento, análise e apresentação de informes. Para isso, estabeleceu os seguintes objetivos: a realização de diálogos com as partes envolvidas em conflitos para garantir o cumprimento das obrigações de proteção; a garantia de treinamento sobre violência sexual e de gênero e sobre exploração e abuso sexual a todo o pessoal militar e policial envolvidos em operações de paz; e o aumento da participação das mulheres em operações de paz.

- RCSNU nº 2.106 (2013): reafirma a relação entre o alcance da paz duradoura e a inclusão de uma abordagem de gênero que trate das necessidades das mulheres e das crianças em situações de conflito ou pós-conflito, em particular, das ações contra a violência sexual, medidas necessárias para que agressores sejam processados, julgados e punidos, criando iniciativas que contribuam para o empoderamento político e econômico das mulheres, tendo como principais metas o cumprimento das obrigações internacionais contra a impunidade promovendo a investigação, documentação e processamento desses crimes; a inclusão da violência sexual

como crime na legislação nacional; o envio de mediadores que se engajarão com questões relacionadas à agenda MPS; e o emprego de mais mulheres em forças de paz.

- RCSNU nº 2.272 (2016): trata exclusivamente dos crimes de abuso e exploração sexual contra mulheres e meninas em áreas de conflito e tem como finalidade principal fortalecer a proteção contra abuso e exploração sexual cometido por funcionários da ONU nas operações de paz. Essa resolução determina que os abusos cometidos pelos funcionários da ONU/*peacekeepers* sejam apurados pelo próprio país onde o fato ocorreu e julgado pela justiça local. Enfatiza que o militar que for julgado culpado ou tiver sobre ele alegações investigadas e comprovadas seja repatriado de imediato, tenha seus dados completamente excluídos dos sistemas da ONU e não possa mais participar de outras missões da Organização.

Na prática, de acordo com Hasman e Gianini (2016), ainda persistem desafios de implementação e acolhimento do que é preconizado pelas resoluções e pela agenda MPS, particularmente no âmbito dos Estados-Membros da ONU. Gianini (2017) acredita que, de uma forma geral, essa agenda se concentra na promoção da igualdade de gênero como condição necessária para a existência da paz sustentável. A autora destaca que para o estabelecimento da paz sustentável são necessários dois componentes



centrais: o equilíbrio de gênero, ou seja, a participação qualitativa e quantitativa de mulheres em ações relacionadas à paz e à segurança internacional; e a transversalização de gênero, que se concentra nas implicações trazidas pelos conflitos e pelas suas estratégias de mitigação em cada grupo de gênero.

Segundo Hamman e Gianini (2016 e 2017) e as pesquisadoras do Instituto Igarapé, a agenda MPS tem se desenvolvido de maneira tímida no Brasil e ainda muito associada somente à participação de mulheres nas Forças Armadas. Entretanto, segundo elas, nos últimos 30 anos o país passou por um importante desenvolvimento na promoção da igualdade de gênero e no incentivo ao empoderamento das mulheres. Esse posicionamento foi reforçado pela Declaração e Plataforma de Ação de *Beijing*, em 1995, que versavam sobre mulheres, igualdade, desenvolvimento e paz.

Em março de 2017, o Brasil lançou o seu Plano Nacional de Ação (PNA), com vistas à implementação das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a agenda MPS. Com esse Plano Nacional o Brasil assinou o compromisso de cumprir as metas determinadas pela Resolução nº 1.325 objetivando atingir a conformidade com as necessidades e os avanços desta agenda. O PNA brasileiro segue as diretrizes da ONU e em linhas gerais, dividiu as ações a serem adotadas neste campo em quatro pilares específicos, a saber:

- Participação: com o objetivo principal de incrementar a participação efetiva de mulheres brasileiras em atividades relacionadas à paz e à segurança internacional, inclusive em posições de liderança e de promover a participação das mulheres locais em situações de conflito e pós-conflito, inclusive em posições de liderança.

- Prevenção e Proteção: objetivando ampliar e aprimorar a contribuição do Brasil para o enfrentamento da violência baseada em gênero e para a proteção dos direitos humanos de todas as mulheres e meninas nas situações de conflito (pré e pós-conflito).

- Consolidação da Paz e Cooperação Humanitária: com vistas a fortalecer a

perspectiva de gênero no desenvolvimento e execução de atividades de consolidação da paz e cooperação humanitária realizadas e/ou apoiadas pelo Brasil.

- Sensibilização, Engajamento e Aprofundamento: visando ampliar o conhecimento sobre a agenda MPS da ONU e a sua implementação no Brasil, por parte de órgãos públicos, organizações da sociedade civil, movimentos feministas, meio acadêmico e público em geral.

Durante a *MINUSTAH*, o EB empregou 203 mulheres entre oficiais e praças, nas mais diversas funções como: enfermeiras, veterinárias, advogadas, dentistas, farmacêuticas, nutricionistas, fisioterapeutas, intérpretes/tradutoras, médicas, psicólogas, administradoras, relações públicas e comunicadoras sociais, sendo o resultado do caminho aberto por três militares mulheres (três tenentes) no sexto CONTBRAS.

A presença de mulheres militares nas missões do EB tem histórico iniciado um pouco antes do ano de 2004, mais precisamente durante a missão do Brasil no Timor Leste. Naquela ocasião houve a participação daquela que seria efetivamente a primeira representante do segmento feminino do EB nas missões de paz, uma tenente médica da área de psiquiatria, que se juntou ao Batalhão desdobrado no terreno, desde então em todos os outros contingentes sempre existiu mulheres em sua composição.

Na *MINUSTAH* a presença de mulheres foi mais que uma obrigação, tornou-se uma necessidade, não somente com o intuito de cumprir o que já preconizava a agenda de mulheres, paz e segurança da ONU por meio da Resolução nº 1.325, mas para entender às demandas da comunidade local, de modo a permitir que as relações e interações acontecessem com mais facilidade e leveza, uma vez que a tropa passou a ser composta por homens e mulheres, com as ideologias de oportunidades iguais, iniciando o processo do tão almejado equilíbrio de gêneros.

A criação de uma agenda com o propósito de tratar das três vertentes: mulheres, paz e segurança, bem como a assinatura de diversas resoluções nessas áreas com o objetivo

principal de criar um ambiente mais seguro e estável para mulheres, meninas e meninos, permitiu um maior engajamento de gêneros e possibilitou a criação de um processo seletivo mais adequado e eficiente. Nesse cenário se inicia entrada das mulheres militares brasileiras, em especial do EB, na *MINUSTAH*. À medida que a Missão se solidificava percebiam-se a necessidade de se aumentar a participação de militares mulheres. Muitas providências foram tomadas para divulgar a Missão no sentido de que houvesse maiores informações, mas especificamente sobre as possibilidades de participação e as funções a serem desempenhadas.

Ao mesmo tempo e objetivando concretizar a agenda MPS, foi criada a Comissão de Gênero do Ministério da Defesa MD (CGMD), instituída no dia 14 de abril de 2014, por meio do Instituto Pandiá Calógeras, em parceria com a Organização ONU Mulher e com o Instituto Iguarapé, caracterizando-se como principal vetor de divulgação e promoção das resoluções citadas anteriormente, tendo como finalidades principais:

- estudar e propor ações para a efetivação dos direitos das mulheres e para a igualdade de gênero;
- acompanhar e avaliar o cumprimento das ações definidas no Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM);
- promover a articulação entre os órgãos do MD;
- elaborar relatórios periódicos de acompanhamento das ações pertinentes à agenda MPS;
- contribuir para a articulação do MD nos espaços institucionais que tratam das políticas para as mulheres e para o equilíbrio de gêneros; e

- propor ações de sensibilização e capacitação de servidores e dirigentes de instituições relacionadas ao tema.

Essa comissão teve caráter consultivo e foi constituída por militares e servidores civis, integrantes das principais estruturas do MD e das Forças Armadas, sendo oficialmente instaurada em cerimônia realizada em setembro de 2014, que contou com a presença de seus membros.

A criação da CGMD teve reflexos imediatos no EB. O Comando de Operações Terrestres (COTER), por meio de sua Divisão de Missão de Paz, sugeriu mudanças no quadro de cargos (QC) do *BRABAT* e da Companhia Brasileira de Engenharia

de Força de Paz (*BRAENGCOY* - na sigla em inglês), no sentido de ampliar a participação de mulheres na *MINUSTAH*. Também determinou que fossem incluídas, no programa de preparação da tropa, instruções sobre abuso e exploração sexual, proteção de crianças, equilíbrio de gêneros e a agenda MPS, objetivando realizar a ampla divulgação da posição da ONU em relação a esses as-

suntos, e em especial, disciplinar a tropa sobre a política de tolerância zero da ONU relacionada a abuso e exploração sexual.

A *MINUSTAH* verificou que, entre os muitos problemas enfrentados no Haiti, os abusos e exploração sexual e a violência doméstica e sexual eram recorrentes e em muitos aspectos até culturais, sendo necessária a criação de mecanismos de controle com o intuito de amenizar e sanar esses estigmas. Para isso, foram criados dois centros com objetivos de atender às situações específicas de abuso e exploração sexual: a Unidade de Gênero (*Gender Unit*), ligada ao componente civil e subordinada diretamente

É inegável que as diversas participações das mulheres nas missões de paz impuseram desafios ao próprio contingente, porém proporcionaram ganhos valiosos às missões, ao Exército e ao Brasil devido ao legado deixado que, em sua essência, foi extenso e peculiar.

ao escritório da Representante do Secretário Geral (*SRS*, na sigla em inglês); e a célula do G9, ligada ao componente militar, que realizava ações *CIMIC* do *BRABAT* e era subordinada ao *Force Commander*. Essa fração era composta por representantes do efetivo militar, sendo subdividida em uma célula de gênero e uma de proteção de crianças.

Segundo a Sra Baudouine Kamatari, conselheira sênior de gênero e chefe da unidade de gênero da *MINUSTAH*, nos últimos cinco anos da Missão as mulheres haitianas enfrentaram muitos problemas, sendo recorrentes e emblemáticos, a baixa participação das mulheres nas decisões do país e o abuso e exploração sexual.

Com o objetivo de abrir a discussão e ampliar a atenção a esses dois problemas cruciais enfrentados pelas mulheres haitianas, foram criados, pela Unidade de Gênero da *MINUSTAH*, “pontos focais de gênero” e realizadas várias atividades civis-militares, como: encontros, reuniões e treinamentos, em todo o território haitiano, que tinham por objetivos essenciais: avaliar a situação do terreno e propor atividades que pudessem esclarecer e apoiar uma maior participação das mulheres; e ouvir e dar voz às mulheres locais quanto às ocorrências de assédio e exploração sexual, sendo estabelecidas diretrizes para todos os envolvidos na Missão. Participavam dos encontros representantes e líderes das comunidades locais, e dos componentes civil, militar e policial.

Objetivando o empoderamento dos “pontos focais de gênero”, a célula do U9 da ONU em suas três atribuições (proteção de crianças, equilíbrio de gêneros e ações *CIMIC*), criou, em 2015, o Comitê de Trabalho Feminino (*Women Work Comitee*, *WWC* - na sigla em inglês), desta vez com a participação apenas do componente militar. Esse comitê envolveu todas as mulheres militares de todo o componente militar da *MINUSTAH* ali desdobrado, e tinha por finalidades dar suporte à Unidade de Gênero da Missão e criar sua própria agenda na tentativa de uma aproximação mais significativa e formal com as mulheres, crianças e idosos, seguindo em sua essência, as orientações

traçadas pela agenda MPS da ONU.

A participação de mulheres militares brasileiras na *MINUSTAH* teve um papel extremamente relevante, se for considerado que, durante todos os contingentes, elas tiveram participação ativa, não somente nas reuniões ou como pontos focais do *BRABAT* e da *BRAENGCOY*, mas também como participantes essenciais do *WWC*, atuando em todas as ações de *CIMIC*, de *ACISO*, nas reuniões com a população local, nas atividades realizadas nos orfanatos, escolas e hospitais, e nos encontros com lideranças das comunidades assistidas pelo *CONTBRAS*.

As mulheres fizeram a diferença por sua atuação na *MINUSTAH*. Lutaram lado a lado com seus companheiros de farda e implementaram um caráter mais sensível e humano à Missão, apresentaram um alto grau de profissionalismo, dedicação e resiliência, além de se destacarem pela iniciativa e assessoramentos pontuais, servindo de exemplo para as mulheres e meninas haitianas durante os 20 contingentes dos quais participaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes mesmo de o Brasil adotar um Plano Nacional de Ação, já havia ações sendo realizadas em consonância com a agenda MPS da ONU, tais como:

- a criação da Comissão de Gênero no MD e o Comitê de Gênero e Raça no Ministério de Relações Exteriores;
- a cooperação “sul-sul” na promoção da igualdade de gênero;
- a proposta de mecanismo de avaliação sobre mulheres na defesa no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano da *UNASUL*;
- treinamentos no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) com a temática de gênero;
- engajamento do Ministério Público Militar e inserção de instruções sobre a agenda MPS e a igualdade de gênero nos estágios de operações de paz; e
- instruções sobre igualdade de gênero, durante o treinamento dos contingentes brasileiros que foram desdobrados no Haiti, a partir de 2013.



Uma série de ações e processos foram iniciados pela ONU e por seus Estados-Membros para que a agenda fosse efetivamente implementada. Foram criadas Unidades de Gênero no *DPKO* em *Nova York* e nas diversas missões da organização espalhadas por todo o mundo. Além disso, alguns assessores de gênero e proteção foram desdobrados no terreno com a finalidade de criar módulos de treinamento específicos para os componentes militar e policial. Os Estados-Membros da ONU iniciaram a elaboração e o lançamento de planos nacionais de ação sobre a agenda MPS.

Uma das principais conquistas da Resolução nº 1.325 foi colocar, no centro das discussões sobre a paz duradoura, assuntos como a liderança das mulheres e sua participação em atividades relacionadas à paz e à resolução de conflitos. Assim, o foco na violência sexual em conflitos armados acabou por reforçar certas concepções sobre o papel da mulher (normalmente enquanto vítima) e sobre a tendência do uso sistemático da violência sexual como arma de guerra.

No Brasil, foram dados passos significativos no sentido de aumentar a participação das mulheres nas Forças Armadas. A inclusão de mulheres nos cursos de formação realizados nas escolas militares, o envio de mulheres militares (oficiais) às missões de caráter individual para atuarem como *staff officers e military observers*, na Missão das Nações Unidas na Libéria (*UNIMIL*), Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (*MINURSO*) e Missão de Paz na República Centro-Africana (*MINUSCA*), são exemplos dessa maior participação do segmento feminino. A designação para matrícula no Estágio Preparatório para Missões de Paz no CCOPAB, a análise do quadro de cargos previstos nas missões de paz com o intuito de verificar outros cargos que poderiam ser ocupados por mulheres, considerando a especificidade da formação acadêmica e as exigências dos cargos, demonstram o comprometimento das Forças Armadas Brasileiras em fazer cumprir a agenda MPS da ONU.

Centros de operações de paz, universidades e institutos do mundo inteiro criaram cursos e estágios e passaram a oferecer treinamento mais sistematizado da agenda MPS buscando o equilíbrio e a paridade de gêneros, de modo a melhorar a atuação das organizações nas áreas onde os conflitos impactam significativamente mulheres e meninas.

É inegável que as diversas participações das mulheres nas missões de paz impuseram desafios ao próprio contingente, porém proporcionaram ganhos valiosos às missões, ao

Exército e ao Brasil devido ao legado deixado, que, em sua essência, foi extenso e peculiar. Essas participações criaram um novo viés sobre a forma de atuação da tropa nas missões e certamente os caminhos abertos pela participação de militares mulheres no Timor Leste, no Haiti, na Libéria, Saara Ocidental, Darfur, Nova York, e sobretudo pela entrada das mulheres nas escolas militares, ampliarão as possibilidades de participações futuras das mulheres, nas operações de paz sob a égide da ONU e nos cargos de decisão dentro das Forças Armadas do Brasil.

Referências

- ANDRADE, A.B. **Dinâmica Urbana de Espaços em Crise**: Porto Príncipe/Haiti. Revista Mercator. Vol 15, 2016, pp. 15-26.
- SANTOS, Rita; ROQUE, Sílvia; e MOURA Tatiana. **Conexões perdidas: Representações de gênero, violência (armada) e segurança na Resolução nº 1325 - Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2012 pp 165-196
- AMNESTY INTERNATIONAL. **Aftershocks: Women Speak out against Sexual Violence in Haiti's Camps**. Londres: International Amnesty, 2011.
- Center for Human Rights and Global Justice. **Sexual Violence in Haiti's IDP Camps: Results of a Household Survey**. New York: CHRJ, 2011.
- Center for Human Rights and Global Justice. **Yon Je Louvri: Reducing Vulnerability to Sexual Violence in Haiti's IDP Camps**. New York: CHRJ, 2012.
- CHARLES, Carole. **Gender and Politics in Contemporary Haiti: The Duvalierist State, Transnationalism, and the Emergence of a New Feminism (1980-1990)**. Feminist Studies 21, no. 1 (1995).
- EAKIN, M. C. **The History of Latin America. Collision of Cultures**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- ESQUIVEL, Valeria; KAUFMANN, Andrea. **Gender dimensions of violent urban contexts: Bridging the Gaps in Theory and Policy**. Artigo comissionado pelo Know Violence in Childhood.
- FULLER, Anne. **Violence: Haitian Women Unite Women's Rights and Human Rights**. Association of Concerned African Scholars, 1999.
- GIANNINI, Renata. **Promoting Gender and Building Peace: Evolving Norms and International Practices**. Virginia: Old Dominion University, 2013.
- GIANNINI, Renata; COSTA, Ivana Mara F. **A incorporação de uma perspectiva de Gênero pelo Brasil no Haiti**. In: A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2917). Hamman & Teixeira, orgs.
- GIANNINI, Renata. **Promover gênero para consolidar a paz: a experiência brasileira**, Artigo Estratégico n.9. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, set./2014.
- JAMES, C. I. R. **Os jacobinos negros**. Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MADRE. **Gender-based violence against Haitian Women & girls in internal displacement camps**. Relatório enviado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, Outubro, 2011.
- MENDONÇA, Marcos Venício. **Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti**. In: A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2917). Hamman & Teixeira, orgs.
- National Coalition for Haitian Refugees and Human Rights Watch. **Rape in Haiti: A Weapon of Terror**. New York, jul./1994.
- SNYDER, Mark. **UN SEA: Sexual Exploitation and Abuse at the hands of the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. Resultados Preliminares, Jan/2017.
- OLSSON, Louise e GIZELIS, Theodora-Ismene. **Introduction to Resolution 1325: Measuring progress and impact**.
- VIANA BRAGA, Carlos Chagas. **Os desafios iniciais da participação das Forças Armadas Brasileiras na MINUSTAH**. In: A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2917). Hamman & Teixeira, orgs.
- VIEIRA NETO, Floriano P. **Epopeia militar brasileira no Haiti**. In: A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2917). Hamman & Teixeira, orgs.
- WILLIAMS, E. E. **From Columbus to Castro. The History of the Caribbean**. New York: Vint. Books Ed., 1984.

